

COMO VIVER JUNTO? UMA COMUNIDADE DE ESTRANGEIROS¹



JEANNE MARIE GAGNEBIN

*Graduada em Filosofia e Literatura,
professora de Filosofia da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo e de Teoria Literária da
Universidade Estadual de Campinas*

203

Na minha contribuição a essa mesa comum, gostaria de elaborar melhor dois conceitos que também são, para mim, duas fantasias: isto é, que me habitam e me movem, que pertencem à ordem do desejo, mas, também, que me orientam no pensamento, que pertencem à ordem da diferenciação. São eles: o pertencer a uma comunidade e o ser/o estar estrangeiro. A bela reflexão de Roland Barthes, que deu seu título à nossa mesa, “Comment vivre ensemble”, não trata desse par complementar de noções, pelo menos à primeira vista, já que trabalha muito mais com uma outra oposição: viver junto/viver sozinho (“Fantasmatiquement, pas contradictoire de vouloir vivre seul et de vouloir vivre ensemble = notre cours”, Barthes). No entanto, o “estar no estrangeiro”, o desterro, o exílio, voluntário ou não, o *dépaysement* e a peregrinação estão presentes em cada página desse livro, em particular, nos inúmeros exem-

plos oriundos dos diversos movimentos monásticos; a peregrinação na cidade terrestre, suas dores e sua secreta necessidade oferecem, com efeito, um paradigma do sentimento fundamental de estrangeirice no mundo e, igualmente, um modelo da saudade de uma comunidade verdadeira, que deveria realizar-se na cidade celeste, e antecipa essa realização na temporalidade imperfeita e falha da terra, através das várias tentativas evocadas por Barthes. Essa presença do *dépaysement*, da xeniteia, aliás, é tão forte que esta palavra grega surge no fim do livro, atrapalhando a bela ordem casual do alfabeto escolhida por Barthes: o verbete “utopia”, último do livro, vem depois do “x” de *xeniteia*, como se não pudesse se pensar nenhuma utopia, mesmo provisória, sem ter primeiro passado pela longa provação da estadia no estrangeiro.

Hoje, porém, não vou falar de monges, *kibbutzins*, neo-hippies e outros sobreviventes de 1968, mas gostaria de proceder a uma interrogação mais sóbria, histórica e sociológica; uma interrogação sobre a gênese desta saudade de comunidade na modernidade. Proponho a vocês o que eu, como professora de Filosofia, sei mais ou menos fazer: um exercício de leitura de um texto bastante clássico, um trecho do capítulo nove da *Sociologia* de Georg Simmel, texto de 1908, que fala tanto das mudanças da percepção – *aisthêsis* – quanto das mudanças nas relações entre os homens na grande cidade moderna, em particular entre concidadãos e estrangeiros. Simmel analisa ali as transformações do espaço social na grande cidade, tanto no nível dito objetivo quanto no nível psíquico da percepção humana, pois o espaço social é uma “divisão e apreensão pela alma das diversas partes” (SIMMEL, 1994, p. 688) do espaço objetivo. Trata-se, portanto, de uma teoria estética no sentido duplo da palavra: no sentido etimológico amplo de uma teoria da percepção (*aisthêsis*) e no sentido moderno mais específico de uma teoria das artes e das práticas artísticas. Essa teoria estética também é, necessariamente, uma teoria da vida em comum, uma reflexão socio política, já que percepção e história humanas se transformam mutuamente.

Simmel (1994) divide seu capítulo sobre as mudanças do espaço social em cinco sub-capítulos e três “excursos” ou disgressões, menos sistemáticos e muito instigantes. Tratarei, aqui, mais especificamente, dos dois últimos “excursos” que se inscrevem nas partes consagradas às transformações das relações de distância e proximidade a partir da emergência das grandes cidades modernas capitalistas. Um “excurso” se intitula *Para uma sociologia dos sentidos* e o outro, simplesmente, *O estrangeiro*, como se houvesse uma rede de relações implícitas entre, de um lado, a simpatia e a aversão ligadas aos excessos sensoriais de proximidade e de distância e, do outro, a aversão e a simpatia que a figura do estrangeiro desperta. São essas relações não explicitadas que me parecem constituir o centro secreto e candente das longas descrições sociológicas de Simmel. Tais descrições conti-

nuam na trilha da distinção fundamental elaborada por Ferdinand Tönnies entre os conceitos de comunidade/*Gemeinschaft* e de sociedade/*Gesellschaft*; Simmel não questiona essa distinção (o que é feito hoje), mas a torna mais precisa por suas análises sobre as relações entre o sistema mercantil capitalista e a constituição da grande cidade moderna. Podemos resumir essas análises em dois pontos-chaves: a grande cidade representa a vitória do racionalismo e do individualismo em detrimento de relações sociais mais orgânicas, mais afetivas, mais comunitárias que pertencem ao passado e que, apesar do seu encanto, também representavam uma ordem coercitiva e autoritária. A racionalidade moderna tem sua fonte na racionalidade abstrata da economia monetária onipotente, afirma Simmel. Como o dinheiro, meio de troca universal, não muda segundo valores afetivos, mas segundo trocas calculáveis, assim também as relações entre os homens, em particular nesse lugar privilegiado de troca que constitui a grande cidade, são cada vez mais objetivas, isto é, impessoais e indiferentes.

Não discuto, aqui, várias objeções possíveis, em particular de cunho marxista, a essa teoria já exposta no livro anterior de Simmel, na *Filosofia do dinheiro*. Em compensação, gostaria de ressaltar que, para Simmel, despersonalização das relações humanas e individualismo crescente andam juntos – só que o indivíduo não pode ser confundido com uma pessoa específica, singular, com sua carga de afetos e de histórias, como o eram certas personalidades no seio de comunidades determinadas, personalidades das quais os pintores clássicos nos deixaram o retrato ou que forneceram aos escritores modelos de heróis. O indivíduo é, agora, um elemento único, mas indiferente, entre outros vários elementos, no grande edifício das trocas mercantis. Mesmo que pareçam à primeira vista opostos, individualismo exacerbado e anonimato irreversível são complementares. O cidadão moderno é um indivíduo isolado, entregue à multidão no trabalho, na rua, em casa. Essa situação, que Walter Benjamin deverá descobrir mais tarde já no centro da poesia de um Baudelaire, ou que Chaplin colocará no cerne dos *Tempos modernos*, leva Simmel a uma hipótese precisa quanto às transformações da percepção na contemporaneidade: submetido a um excesso de estímulos sensoriais e intelectuais tanto no trabalho quanto na rua ou em casa, o habitante das grandes cidades deve se proteger por uma carapaça de indiferença e de frieza, a fim de não sucumbir a um esgotamento físico e intelectual. Ele deve, portanto, abdicar daqueles sentimentos que Rousseau julgava ser naturais no ser humano: o interesse e a compaixão pelo próximo; parece, aliás, não haver mais próximo, mas somente uma multidão de outros, muitas vezes de outros concorrentes, em que cada um esbarra. Tão pouco pode esse cidadão se interessar por todas as “mercadorias” culturais que a grande cidade oferece; ele se torna um *blasé* sem curiosidade verdadeira.

A percepção sensível se torna, portanto, mais pobre justamente por ser submetida a um excesso de estímulos sensoriais; essa combinação de saturação e de embotamento deverá ter, como vocês sabem melhor do que eu, inúmeras consequências sobre as práticas estéticas contemporâneas. Por sua vez, Simmel se contenta em ressaltar o lado positivo dessa indiferença: ela é uma reação necessária numa estratégia de sobrevivência na selva das grandes cidades capitalistas, mesmo que se possa ter naturalmente, saudades de relações humanas mais diferenciadas e atenciosas, mais calorosas e comunitárias – sem querer resolver a questão se tais relações realmente existiram em grupos que pertencem ao passado e que são facilmente idealizados.

A indiferença em relação ao outro é, no mais das vezes, o primeiro grau de uma hostilidade latente, “uma fase preliminar de um antagonismo de fato” (SIMMEL, 1999, p. 242) que pode vir a se manifestar rapidamente quando esse outro invade meu território, já bastante restrito. O que, com efeito, muda drasticamente na organização espacial da grande cidade moderna são as relações de distância e de proximidade. Enquanto as distâncias muitas vezes são encurtadas, as proximidades tendem a aumentar perigosamente. Um dos méritos das descrições sociológicas de Simmel é ter chamado atenção para essa dimensão arriscada e crítica das relações de proximidade. Se um excesso de distância impede o estabelecimento de verdadeiras relações sociais, um excesso de proximidade também as ameaça, porque a proximidade pode ser “tanto a base da mais elevada felicidade quanto da extrema coerção”, escreve Simmel (1999, p.70). A partir dessas reflexões, poderíamos talvez afirmar que o maior perigo da vida em comum na modernidade e na contemporaneidade jaz, curiosamente, muito mais numa destruição da intimidade por excesso de proximidades invasoras que num isolamento espacial e social por excesso de distâncias: as análises de Adorno e Horkheimer da indústria cultural deverão confirmar essa hipótese.

O excesso de proximidade que caracteriza o cotidiano do cidadão moderno reforça, paradoxalmente, os sentimentos de solidão, de incompreensão e mesmo de hostilidade entre os indivíduos: o excesso de proximidade torna as pessoas cada vez mais estranhas e distantes umas das outras. Simmel analisa esse paradoxo no domínio da percepção sensível, na própria *aisthèsis*, na transformação histórica dos sentidos. No seu “excursus” *Para uma sociologia dos sentidos*, ele analisa, em particular, as mutações do olhar humano. Como para toda tradição clássica, o sentido da visão é, para ele, o sentido preponderante na organização sensível e intelectual do ser humano; mas, contrariamente à tradição metafísica que, desde Platão até Descartes, enfatiza as virtudes de clareza e evidência da vista ou suas pretensões sintéticas e analíticas, Simmel ressalta um outro aspecto do sentido da visão, sua capacidade de reciprocidade. O sociólogo usa várias vezes a pala-

vra alemã *antlitz* para enfatizar essa dimensão; palavra que pode ser traduzida tanto por “olhar” quanto por “rosto”, “face” (*visage*, dirá mais tarde Levinas). A vista humana, diz Simmel, encontra sua plenitude na reciprocidade do olhar compartilhado, quando à atenção de um olhar responde o olhar do outro. Essa afirmação, sem dúvida discutível, tira sua força e sua pertinência do contexto social que Simmel se propõe apreender e, em particular, da seguinte questão: o que acontece quando a visão humana fica submetida a uma nova organização socio-sensorial que obriga os indivíduos a uma visão constante de seus semelhantes sem que seja possível esperar por uma reciprocidade feliz? Essa espera confiante caracterizava o olhar contemplativo tanto na teoria estética clássica (em Hegel, por exemplo, o olhar do modelo retratado responde ao olhar do pintor e do futuro espectador) quanto na devoção religiosa; Walter Benjamin deverá mostrar, a partir daí, que a arte tradicional aurática era intrinsecamente ligada à ideia de culto e de transcendência, mesmo quando não era mais religiosa. Ora, escreve Simmel, o desenvolvimento da grande cidade moderna acarretou mudanças essenciais para o sentido da visão, especificamente no que diz respeito a essa comunhão e comunidade de olhares recíprocos. Em primeiro lugar, a vista é submetida a um excesso de estímulos em detrimento dos outros sentidos que não conseguem mais acompanhar e explicitar o que foi visto; ela se torna um olhar sempre à espreita. Em segundo lugar, o olhar recíproco e confiante, base da atitude contemplativa, é ameaçado de extinção, justamente por esse excesso de visão. Antes do desenvolvimento dos transportes públicos modernos, nota Simmel em 1908 (!), nem se podia imaginar a possibilidade de ficar longos minutos, talvez longas horas, perto de outro indivíduo, de poder olhá-lo o tempo todo sem que esse olhar fosse respondido e correspondido e que se desse início a uma conversa, a um diálogo recíproco, mesmo anódino. Esse excesso de visão sem possibilidade de revezamento discursivo e comunicativo reforça, escreve Simmel, (1999, p. 727) “o sentimento de desorientação no meio da vida coletiva, o sentimento de isolamento e a sensação de ser rodeado de todos os lados por portas fechadas”, como se todos os habitantes das grandes cidades fossem caminheiros surdos-mudos que não podem mais nem se falar nem se ouvir nem se tocar, como, aliás, acontece num pequeno filme para televisão de Samuel Beckett (*Carré I e II*, 1981).

Paro alguns instantes para anotar algumas observações soltas que me vêm, por assim dizer, à cabeça quando leio essas descrições de Simmel.

Primeira observação, especificamente estética: a famosa desaturação da arte contemporânea, na hipótese de Walter Benjamin, remete a essa transformação de um olhar recíproco numa visão simultaneamente saturada e sempre ameaçada, sempre à espreita. A “aura” significaria, pois, não só a auréola do poeta, agora

caída no chão, como no conhecido poema em prosa de Baudelaire (*Perte d'auréole*), mas também a expectativa de um horizonte transcendente no qual meu olhar e o do outro possam encontrar-se e se juntar na pequena eternidade da comunicação feliz, da comunhão feliz, da comunidade feliz. Nas artes plásticas contemporâneas, chama atenção essa ausência de expectativa em relação a um olhar recíproco. Lembro, aqui, de uma fotografia bastante eloquente nesse contexto do fotógrafo canadense Jeff Wall (que conheço muitíssimo pouco). É uma paródia da *Olímpia* de Manet, essa bela mulher branca, nua, a mão escondendo o sexo, que olha para a frente do quadro, para o olhar do espectador, sendo ela mesma olhada com admiração (presume-se) por outra mulher no segundo plano, uma doméstica negra com ramalhetes de flores. A *Olímpia* de Manet é, aliás, uma retomada do motivo de Venus, adormecida (Giorgione) ou convidativa (Ticiano), isto é, das promessas de felicidade e beleza da deusa do amor. Jeff Wall intitula *Olímpia* a fotografia de um homem nu, deitado de perfil num sofá vermelho, não só com o sexo à vista, mas, sobretudo, com um olhar inatingível, perdido num fora hipotético da fotografia, sendo o jovem absorvido pela audição de um som tocado num *discman* cujos fones estão grudados nos seus ouvidos – que, portanto, nem olha nem ouve o eventual espectador. Não pode haver, aliás, nenhum espectador contemplativo dessa fotografia, mas somente um observador que a examinará com frieza e curiosidade, talvez com o deleite do *voyeur*, mas sem esperança de comunicação.

Segunda observação, mais ampla: a fotografia de Jeff Wall também é forte porque alude não só à transformação do olhar, mas também à transformação correlata do erotismo na modernidade. Parece, pois, que, hoje, olhar longamente nos olhos de alguém e ser correspondido somente é possível numa situação amorosa; a comunhão amorosa, porém, também fica ameaçada em sua esperada plenitude; ela tão pouco escapa dessa mutação do olhar e da percepção que afeta tanto as relações coletivas quanto as privadas entre os homens. A ligação entre o olhar compartilhado e a intimidade erótica não fica incólume à preponderância desta visão objetiva, fria e rápida que é condição necessária de sobrevivência na modernidade. Na mesma época na qual Simmel ainda afirmava que “as relações entre os homens, sua compreensão e sua aversão recíprocas, sua intimidade e sua frieza, tudo isso ficaria transformado de maneira incalculável, se o olhar olhos nos olhos não mais existisse” (SIMMEL, 1999, p. 724), um outro grande observador das transformações sociais, Marcel Proust, desenvolvia uma análise talvez tão convincente como a do sociólogo alemão sobre as afinidades entre erotismo e voyeurismo. Conclusão provisória: ambos retratam, mesmo que de maneira oposta, uma transformação radical nas relações sociais e sensoriais entre os homens, na vida em comum e na *aisthêsis* humanas.

Terceira observação, mais filosófica: talvez fosse interessante reler também muitos motivos do pensamento contemporâneo à luz dessas análises histórico-sociais. Reler, em particular, um motivo filosófico essencial que, de Buber a Levinas, passando por Heidegger, procura por uma nova definição do diálogo e do encontro autênticos. Essa busca também poderia ser explicitada como uma tentativa conceitual de elaboração dessas faltas e falhas na comunicação humana que o desenvolvimento acelerado da economia mercantil capitalista exacerba.

Devemos observar que o próprio Simmel oscila na descrição dessa assim chamada “desumanização” das relações sociais. Ele oscila entre uma apreciação positiva das estratégias de sobrevivência na grande cidade; estratégias que acarretam necessariamente indiferença, frieza, até hostilidade em relação aos outros, e uma nostalgia de relações mais íntimas e calorosas que encontrariam sua expressão privilegiada numa palavra e num olhar compartilhados. Essa oscilação continua determinante na nossa modernidade e na nossa assim chamada pós-modernidade – pelo menos se não quisermos nos resignar a ser robôs desalmados que só correm atrás de vãos negócios. Essa oscilação, enfim, é a expressão psíquica do paradoxo maior desenvolvido nesse texto pelo sociólogo, a saber que a proximidade física, tal qual as condições de vida na grande cidade capitalista moderna e contemporânea a exaspera, não significa uma intensificação do laço social, mas, pelo contrário, acarreta seu enfraquecimento. Quando a distância exterior tende a faltar, então, cada indivíduo tenta compensar essa ameaça constante de invasão pela criação de uma distância interior, por indiferença e frieza, ou pela invenção de um mundo artificial privado, um microssistema eficaz que o protege, mas que também corre o risco de se transformar num mundo fechado, em autismo ou em loucura, como o observará mais tarde Bruno Bettelheim a partir de suas experiências de vida no campo de concentração. No ano de 1908, Simmel não podia prever tais desenvolvimentos de suas análises, mesmo que percebesse as conotações psicológicas de suas descrições; ele se contenta em dar alguns conselhos bem intencionados, mas que hoje soam bastante triviais, quando adverte para não encontrar com demais frequência os amigos mais caros e para desistirem de convidá-los a morar na própria vizinhança!

Muito menos triviais, em compensação, soam hoje as conclusões do segundo “excursus” sobre *O estrangeiro*, que concluem as reflexões de Simmel sobre as mudanças nas relações de distância e proximidade na modernidade. Não se trata mais somente de transformações dentro de um espaço social organizado de maneira estável, mas de mudanças causadas pelos próprios atores sociais que também se movem, que se deslocam de um lugar para outro. O que acontece num grupo social – e no espaço social – quando uma parte do grupo se desloca enquanto a outra continua no mesmo lugar? O que acontece para aqueles que

permanecem e para aqueles que se movem? Essa configuração é ilustrada na Idade Média pelo exemplo dos *compagnons*, esses aprendizes-companheiros-nômades; também por certas ordens monásticas e por negociantes. Hoje, diz Simmel em 1908, por comerciantes, mas também pelos pobres, pelos mendigos, por vagabundos e aventureiros de todo tipo, geralmente tidos como elementos de desordem e de tumulto. Poderíamos hoje, em 2006, também falar em todas as figuras de migrantes e refugiados, clandestinos ou não, que tentam atravessar muros e mares, colocando muitas vezes suas vidas em risco.

No fim dessas considerações sobre a mobilidade social de alguns grupos determinados surgem, então, as sete famosas páginas do “excursão” sobre *O estrangeiro*. Essas linhas têm um acento profético naquilo que contém tanto de ameaça potencial quanto de promessa possível. Lê-las hoje, depois da Segunda Guerra e da Shoah, mas também em tempos de genocídios, de construção de muros em várias fronteiras e dentro da própria cidade; lê-las hoje suscita um entusiasmo pela acuidade teórica de Simmel e, simultaneamente, um mal-estar, porque o estrangeiro do qual fala é, certamente, uma personagem complexa e ameaçada, mas é igualmente uma personagem que goza de objetividade e de imparcialidade, qualidades ainda reconhecidas pelos outros, mas que parecem hoje ter perdido seu valor.

210

Devemos primeiro notar que Simmel utiliza a palavra alemã *fremd/der Fremde*, cujo sentido é muito mais abrangente que o termo técnico de *Ausländer* (de *aus*, fora, e de *Land*, país). O adjetivo *fremd* reúne as significações de “estrangeiro”, isto é, de um outro país, e de “estranho”, bizarro, esquisito, num sentido psicológico mais vasto e mais complexo (ver os substantivos derivados de *Entfremdung*, *Verfremdung* etc.). Assim é a palavra sempre usada por Kafka para seus personagens, mesmo quando precisa que eles vêm de outro lugar, não se sabe de onde, como o viajante da “Colônia penal” ou o agrimensor do *Castelo*. O estrangeiro, diz Simmel, é um “*potentieller Wanderer*”, um passeante, um viajante, um nômade potencial que introduz essa potencialidade viajante no seio da própria estabilidade, em particular porque não se contenta em passar por aqui, mas aí se estabelece, num lugar que, como se diz, não é seu e que se vê transformado pela sua presença. Assim, o estrangeiro condensa na sua pessoa a ambivalência de distância e de proximidade que caracteriza todas as relações humanas, mesmo quando são divididas e catalogadas em próximas e distantes, íntimas e estrangeiras.

Como os pobres e os “inimigos internos”, escreve Simmel entre aspas, o estrangeiro é um elemento perturbador, porque é, ao mesmo tempo, membro do grupo e seu fora ou seu oposto. Sua presença perturba não tanto porque lembra a

existência da alteridade, mas muito mais porque lembra ao próprio grupo que ele, o grupo, poderia ser outro, que sua indetidade não é tão assegurada assim. Quando fica no seu país, na sua casa, como se diz, o estrangeiro pode ser objeto do desejo de deslocamento e de exotismo; quando habita nosso país, *chez nous*, ele dessubstancializa a proximidade do próximo e o afastamento do distante, ameaçando, assim, a identidade local que foi, muitas vezes, conseguida ao preço de longas lutas. Se o estrangeiro, na bela fórmula de Edmond Jabès, é “aquele que te faz acreditar que estejas em casa” (“Qu’est-ce qu’un étranger? – Celui qui te fait croire que tu es chez toi”) (JABES, 1989, p. 112), também é, quando permanece entre nós, aquele cuja mera presença transforma, mesmo imperceptivelmente, a substância dessa “casa”.

O exemplo clássico desse papel são, historicamente, os comerciantes e os negociantes, em particular na história europeia, diz Simmel, os judeus, privados que eram da possibilidade de adquirir o solo do país em que, no entanto, moravam. Lido hoje, o texto de Simmel adquire conotações sinistras, em particular porque ressalta a associação frequente entre pobres, “inimigos internos” e “estrangeiros”, isto é, a predisposição desses grupos ditos desviantes em se transformar em bodes expiatórios. No entanto, Simmel também assinala uma virtude reconhecida socialmente (pelo menos em 1908!) do estrangeiro, a saber: seu caráter imparcial e objetivo. Sendo uma “síntese de proximidade e de afastamento” ou, ainda, uma “certa formação de afastamento e de proximidade, de indiferença e de engajamento” (SIMMEL, 1999, p. 766), ele pode gozar de uma liberdade de juízo que os próprios concidadãos dificilmente possuem. Simmel cita o exemplo de várias cidades italianas do Renascimento que iam buscar seus juizes fora da cidade, no estrangeiro, para garantir uma certa independência em relação aos interesses locais. Esse “olhar afastado”, para citar o belo título de Levi-Strauss (1983), consegue observar o que os habitantes, por excesso de familiaridade, não conseguem mais enxergar.


Essa imparcialidade do estrangeiro é o avesso de sua falta de cumplicidade e de convivência com as disputas dos pequenos grupos locais, quando, claro, não tenta neles penetrar para seu próprio proveito. Essa ausência de convivência também acarreta um certo isolamento, a ausência de uma certa intimidade tácita que liga os membros de um mesmo grupo, de uma mesma família, de uma mesma tribo. Assim, mesmo que as relações com o estrangeiro possam ser amigáveis, permanecem sempre impregnadas por uma certa generalidade abstrata porque é a humanidade abstrata e universal que pode ligá-lo aos outros, e não uma ligação dita “orgânica”, mais particular e íntima; notemos que Simmel não dá desta “organicidade” nenhuma definição mais substancial, mas a descreve com acuidade como “uma comunidade de diferenças específicas em relação ao simplesmente

geral” – isto é, essa comunidade significa um fator de diferenciação em relação àqueles que dela não fazem parte, não precisa ser uma entidade substancial determinada.

Nesse momento crucial de seu “excurso”, Simmel se deixa, por assim dizer, levar por uma suspeita que vai se transformar numa nova e instigante hipótese, como se o estrangeiro penetrasse no coração do íntimo e solapasse sua aparente espontaneidade. Escreve ele:

“O estrangeiro nos é próximo porque percebemos entre ele e nós igualdades de ordem nacional ou social do ponto de vista profissional ou de um ponto de vista universalmente humano; ele nos é distante porque essas igualdades nos ultrapassam, a ele e a nós, e nos ligam somente porque ligam, de fato, muitas pessoas. Nesse sentido, um traço de estrangeirice também intervem nas relações mais estreitas. As relações eróticas...” (SIMMEL, 1999, p. 769)

E ali Simmel continua descrevendo como qualquer relação erótica durável – pensa provavelmente no casamento – começa com a certeza inabalável de sua unicidade, mas deve, mais tarde, aceitar a evidência de que qualquer relação, mesmo em sua singularidade, só repete “um destino universalmente humano” (SIMMEL, 1999, p. 769) que permitiu, aliás, a reprodução da humanidade. Um sentimento de estranheza e de alienação (*Entfremdheit*) surge, então, quando desaparece o sentimento de unicidade da relação íntima, mais ainda quando se impõe a certeza do seu caráter contingente; se não se houvesse encontrado essa pessoa, mas uma outra, em tal momento da vida, poder-se-ia ter vivido uma relação talvez diferente, mas semelhante em sua intensidade e duração; o acaso, mesmo que socialmente determinado, coloca tal ou tal pessoa na trajetória da vida, mas poderia muito bem ter sido uma outra. Assim se insinua um fator de contigência e de alienação no seio da relação a mais íntima e singular, introduzindo distância na proximidade, estranheza na comunidade.

Conclusão altamente provisória – Simmel nos ajuda a pensar em duas coisas: na própria estrangeirice e na necessidade de deixar de lado a saudade de uma comunidade sem falhas. Talvez a única comunidade pensável não seja aquela de um passado idealizado perdido, mas uma *communauté à venir* (juntando livremente dois títulos de Blanchot), que nunca chega porque sempre se transforma, uma comunidade de estrangeiros que consigam conviver juntos, com conflitos, mas sem precisar nem se matar nem se tornar iguais. 

¹ Texto originalmente publicado no livro de “Seminários” da 27ª. Bienal de São Paulo, cfe. Gagnebin (2008) Agradecemos à Lisette Lagnado pela autorização de sua republicação na presente edição da Redobra.

/

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Como viver junto. In: Bienal de São Paulo, 27., 2008, São Paulo. *Anais...* Lisette Lagnado (Org.). Rio de Janeiro: Cobogó, 2008.

JABES, Edmond. *Un étranger avec, sous le bras, un livre de petit format*. Paris: Gallimard, 1989.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Le regard éloigné*. Paris: Librairie Plon, 1983.

SIMMEL, Georg. *Les grandes villes et la vie de l'esprit*. Paris: Éditions Payot, 1999.

_____. Soziologie. Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung. In: RAMSTEDT, Otthein (Ed.). *Gesamtausgabe*. Frankfurt: Suhrkamp, Main 1994 (v.11).